

A DESARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL DO PRÓ-MACAÚBA NA AGENDA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

THE GOVERNMENT DISARMAMENT OF THE PRO-MACAÚBA IN THE AGENDA OF THE STATE OF MINAS GERAIS

Alexandre Sylvio Vieira da Costa¹

Simão Pereira Silva²

João Paulo Rodrigues³

RESUMO

Em resposta à instituição do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) em 2005, em 2012 o estado de Minas Gerais regulamentou o Pró-Macaúba como política pública de fomento à produção da macaúba, incentivando uma fonte produtora de energia renovável na perspectiva da sustentabilidade ambiental, social e econômica. Neste contexto, este artigo analisa e discute a identificação e articulação governamental dos programas da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA/MG) com a efetivação do Pró-Macaúba no Plano Plurianual de governo do período 2012/2015. A metodologia da pesquisa adotou a pesquisa bibliográfica e documental, tendo abordagem qualitativa e finalidade descritiva. Os resultados demonstram que dos 68 programas 35% deles demonstraram identificação e articulações parciais favoráveis ao Pró-Macaúba, 63% não demonstraram nenhuma identificação, e apenas um programa demonstrou-se totalmente identificado e articulado. Não foi possível perceber nos programas da Secretaria finalidades claras de incentivo ao cultivo e comercialização do coco de macaúba. Há sobreposição de programas em unidades executoras distintas, e apesar da resposta dada pelo estado de MG ao PNPB criando e regulamentando o Pró-Macaúba, sua integração aos programas da Secretaria encontra-se limitada, pois os objetivos do Pró-Macaúba não estão efetivamente identificados e articulados nos programas das unidades executoras da SEAPA/MG.

Palavras-chave: biodiesel, desenvolvimento, articulação governamental, geração de renda

ABSTRACT

In response to the institution of the National Program for the Production and Use of Biodiesel (PNPB) in 2005, in 2012 the state of Minas Gerais regulated Pro-Macaúba as a public policy to promote the production of macaúba, encouraging a source of renewable energy from the perspective environmental, social and economic sustainability. In this context, this article analyzes and discusses the identification and governmental articulation of the programs of the State Secretariat of Agriculture, Livestock and Food Supply (SEAPA/MG) with the implementation of the Pro-Macaúba in the Multi-Year Government Plan for the period

¹ Pós Doutorado em Geociências, Professor adjunto da UFVJM. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri E-mail: asylvio@hotmail.com

² Docente do PPGAP/UFVJM – Programa de Pós Graduação em Administração Pública da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Adjunto do DCCO – Departamento de Ciências Contábeis. E-mail: professorsimao@ufvjm.edu.br

³ Doutorando em biocombustíveis UFVJM. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Email:-mail: joao-paulorodrigues@hotmail.com

2012/2015. The methodology of the research adopted the bibliographical and documentary research, having qualitative approach and descriptive purpose. The results show that of the 68 programs, 35% of them showed partial pro-Macaúba identification and articulation, 63% showed no identification, and only one program was fully identified and articulated. It was not possible to perceive in the programs of the Secretariat clear purposes of incentive to the cultivation and commercialization of coconut of macaúba. There are overlapping programs in distinct executing units, and despite the response given by the state of MG to the PNPB creating and regulating Pro-Macaúba, its integration into the Secretariat's programs is limited, since the objectives of Pró-Macaúba are not effectively identified and articulated in the programs of the SEAPA/MG executing units.

Key words: biodiesel, development, government articulation, income generation.

JEL Classification: A13, H11, J18

INTRODUÇÃO

Nos últimos 300 anos o desenvolvimento tecnológico e industrial da humanidade foi incomparável. Contudo, nesse período registra-se também níveis inigualáveis de contaminação excessiva do meio ambiente natural, devido principalmente ao processo desencadeado pela Revolução Industrial

Essa contaminação gerou problemas ambientais que surtiram efeitos na qualidade de vida no planeta e começaram a preocupar autoridades do mundo inteiro, sobretudo aquelas de países desenvolvidos, os primeiros afetados.

Diante disso, na segunda metade do século XX deu-se início uma série de encontros, conferências com tratados e acordos assinados por chefes de estado dos principais países, com a participação das organizações ambientais, cuja preocupação foi a formulação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, considerando o meio ambiente não apenas como mero depositário de restos da civilização, mas principalmente com a parte integrante e necessária ao progresso que a humanidade precisa realizar.

O Brasil é signatário de acordos e tratados internacionais nos quais se comprometeu em adotar políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, e tem realizado internamente conferências nacionais relativas ao meio ambiente desde 2003, das quais extraiu importantes deliberações para implementar sua política ambiental, em que destaca-se o PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

Em janeiro de 2005 foi publicada a Lei Federal 11.097 que criou o PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – sustentado em três pilares: o ambiental, o social e o econômico. É um programa interministerial do governo federal que objetiva a implementação de forma sustentável, tanto técnica como economicamente a produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda, em setores anteriormente negligenciados pelas políticas governamentais, como é o caso da agricultura familiar (AF) que se tornou fornecedor estratégico de matéria prima para a produção do biodiesel (BRASIL, 2005).

Dentre as matérias primas naturais que servem à produção do biodiesel destacam-se a soja, a palma, o girassol, o amendoim, a mamona, o coco, o algodão, o nabo forrageiro, o pequi, o pinhão manso, a macaúba, dentre outros.

Em resposta ao PNPB, o Estado de Minas Gerais criou o Pró-Macaúba, Programa de Incentivo à Produção da Macaúba, como política pública estadual definida pela Lei nº 19.485/2011/MG para incentivar uma fonte produtora de energia renovável na perspectiva da sustentabilidade ambiental, social e econômica. Neste contexto, este artigo objetiva, através de pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa e finalidade descritiva, analisar como os programas da SEAPA – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento constantes do Plano Plurianual - PPA 2012/2015 de MG estão identificados e articulados com o Pró-Macaúba.

O PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

Desde a década de 70 com o Proálcool até os dias atuais com o PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - o governo federal vem estabelecendo políticas com o objetivo de aumentar a produção e a oferta nacional de biocombustíveis. A instituição do PNPB no Brasil em 2005, criou um novo marco de intervenção do estado na geração de combustíveis a partir da biomassa, que se estrutura em duas bases: a primeira é a nova postura que o estado assume em viabilizar estrutura básica para ampliação da capacidade produtiva de biocombustíveis no país através do financiamento da produção, das isenções fiscais, da pesquisa e redes de produção e comercialização para o biodiesel produzido a partir de várias espécies de oleaginosas, sobretudo nas regiões norte e nordeste do país; a segunda é a participação direta do governo federal no mercado de biodiesel, ao estabelecer um conjunto de normas para comercialização e consumo do produto, determinando percentuais de biodiesel no óleo diesel consumido no país (SANTOS, 2012).

O PNPB prioriza a busca pela a soberania energética do país, a democratização do acesso aos combustíveis, a participação social na gestão do programa, e a integração com outros programas de cunho social. A soberania energética é fundamental, “a alienação energética é doença crônica, fruto da desvinculação do homem brasileiro de sua realidade espaço-temporal e que resulta da mente colonial da classe dirigente”. (VASCONCELOS& VIDAL, 2004).

Apesar da preocupação com impactos ambientais e a segurança alimentar, os biocombustíveis poderão suprir até 10% da demanda de combustível no setor de transporte no mundo até 2030, com crescimento de 3% ao ano (BARKER et al., 2007).

Sachs (2005, p.199) destaca o Brasil como país capaz de construir o que chama de “civilização moderna da biomassa”:

[...] a civilização moderna permite produzir não só alimentos para o homem, mas também forragem para os animais, materiais de construção, adubos verdes, biocombustíveis, matérias-primas industriais (fibras, plásticos, etc.), fármacos e cosméticos. É um leque extremamente amplo de produtos derivados da biomassa e potencializados pelo uso de biotecnologias nas duas pontas do progresso: para aumentar a produtividade da biomassa e para ampliar o espectro dos produtos dela derivado.

O PNPB é uma política pública integrada que promove a produção, comercialização e distribuição de biocombustíveis, incluindo a agricultura familiar no processo de sua produção. É uma política pública que transfere renda aos produtores

do biodiesel e aos agricultores familiares, pela redução fiscal e participação em leilões públicos, para a estruturação do mercado brasileiro de biodiesel.

De acordo com o Ministério das Minas e Energias (MME, 2014) a inserção do biodiesel na matriz energética do Brasil, apresenta expressivas vantagens nas seguintes dimensões:

1. Ambientais (inexistência do óxido de enxofre - causador da chuva ácida e de irritações respiratórias - e redução da emissão de CO₂ liberada no processo de combustão dos motores).
2. Vantagens macroeconômicas (aumento da demanda por produtos agrícolas com redução de emprego e renda, produção próxima ao uso do combustível reduzindo custos com logística, consumo interno recupera o preço do óleo).
3. Vantagens econômicas e financeiras (possibilidade alcance das metas do protocolo de Kyoto, tornando o país apto ao mercado de carbono).
4. Desenvolvimento regional (formação de uma cadeia competitiva do biodiesel, fortalecendo o desenvolvimento local frente ao desafio global).

Para estimular a produção do biodiesel com participação da agricultura familiar, o governo federal criou o Selo Combustível Social. Um conjunto de medidas com o objetivo de incluir a agricultura familiar nesse processo produtivo. A concessão do SCS divide-se em duas partes: a primeira é o enquadramento do projeto social, pelo qual a empresa garante o direito de contrair empréstimos com redução de taxas para financiamento e participação nos leilões para venda do seu biodiesel produzido (cuja matéria prima derive da AF); a segunda concretiza-se quando as empresas cumprindo o projeto garantem redução no pagamento de tributos federais proporcionais à aquisição de matérias primas da AF.

Para tanto, o Produtor do Biodiesel com SCS tem as seguintes obrigações: a) adquirir do produtor familiar uma quantidade mínima de matérias primas estipulada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2016); e b) celebrar contratos com os agricultores familiares, com a participação de uma representação dos agricultores familiares, especificando as condições comerciais que garantam renda e prazos compatíveis com a atividade e assegurem assistência e capacitação técnica aos agricultores familiares.

O Biodiesel

O Biodiesel pode ser puro ou misturado ao diesel em diversas proporções. A mistura do biodiesel ao diesel de petróleo era de 5% a partir de 2013 (Lei 11.097/2015), passou para 6% no segundo semestre de 2014: B6, em 2015 era de 7% chamada de B7, que passará para 8% em 2017, com o incremento de um ponto percentual a cada 12 meses: 9% até 2018, e 10% até 2019 (BRASIL, 2016). E assim será sucessivamente até o biodiesel puro, o qual é denominado B100 (ANP, 2016).

De acordo com a ANP – Agência Nacional do Petróleo (2015), o grosso da produção do biodiesel no país tem a soja como matéria prima principal (71,13%), a gordura bovina (18,66%) e o óleo de algodão 4,69%, juntos somam 94,48% da produção nacional. Informa ainda que na região centro-oeste encontra-se 46,1%, na região sudeste 21,5% e Sul 15,3% das unidades produtivas de biodiesel existentes no Brasil atualmente.

Embora o biodiesel não tenha trilhado o caminho do álcool, sua produção não afetará tanto o meio ambiente como aquele, considerando-se que são muitas e diversificadas as matérias primas para sua geração, sendo uma oportunidade precisa

para o fortalecimento e inclusão da agricultura familiar, desde que devidamente contratada e assistida pelo produtor industrial do biodiesel (FERREIRA, 2008).

O Biodiesel constitui-se no mais novo e atraente produto que pode impulsionar o desenvolvimento nacional. A matéria prima para a produção do biodiesel são as oleaginosas (soja, dendê, mamona, girassol e nabo,) em grande diversidade por todo o Brasil. Por isso, o Brasil desponta-se como um grande produtor que desperta a atenção e o interesse do mundo.

Os produtores rurais e as indústrias de biodiesel movimentam-se na busca de culturas alternativas para a produção do óleo, tendo em vista que a soja representa grande parte da matéria prima. Diante dessa preocupação surgiu em Minas Gerais o Pró Macaúba. Política pública de incentivo ao cultivo e à comercialização do coco de macaúba como fonte alternativa de matéria prima à produção do biodiesel.

O Pró-Macaúba

Através do Decreto 45.940/12 o governo de Minas Gerais regulamentou a política estadual de incentivo ao cultivo, à extração, à comercialização, ao consumo e à transformação da macaúba e das demais palmeiras oleaginosas - Pró-Macaúba, instituída pela Lei nº 19.485, de 13 de janeiro de 2011.

Em sua proposta de fomento ao Pró-Macaúba, o Estado atribui responsabilidades operacionais aos órgãos da administração direta e indireta conforme sua competência. Estão diretamente envolvidos: a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA; a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECTES; a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE; a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; a Secretaria de Estado de Turismo - SETUR - a Secretaria de Estado de Cultura – SEC; e o Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. Os recursos orçamentários para implementação das ações de fomento ao Pró-Macaúba derivam do tesouro estadual e de convênios a serem firmados com outros órgãos governamentais. (Quadro 1)

Quadro 1 – Competências atribuídas aos órgãos da administração direta e indireta

Órgão	Competência
SEAPA	identificar as comunidades que explorem a macaúba e demais palmeiras oleaginosas; incentivar o aperfeiçoamento técnico, o desenvolvimento econômico e a organização da produção, preferencialmente de forma cooperada, envolvendo toda cadeia produtiva; promover pesquisas voltadas ao desenvolvimento de sistemas de produção, priorizando o zoneamento agroclimático, o melhoramento genético, a produção de mudas, plantio, manejo, colheita e pós-colheita; difundir e transferir tecnologia e desenvolver ações de extensão rural, priorizando os pequenos e médios produtores rurais; incentivar, promover supletivamente ou em cooperação com instituições públicas ou privadas, processos de certificação; incentivar o plantio, a comercialização e a industrialização; estimular o beneficiamento dos produtos, coprodutos e derivados, visando a sua utilização para diversos fins; estimular a participação dos produtores rurais em projetos integrados com a agroindústria e indústria.
SECTES:	Articular, apoiar e financiar estudos, pesquisas, inovações e transferência de tecnologia, em toda a cadeia produtiva agrícola, agroindustrial e industrial, visando: ao desenvolvimento de sistemas de produção, priorizando o zoneamento agroclimático, o melhoramento genético, a produção de mudas, o plantio, o manejo, a colheita e a pós-colheita; ao processamento , transporte, industrialização e à comercialização dos produtos, coprodutos e derivados; à inovação , ao desenvolvimento e à obtenção de novos processos e produtos para a indústria; ao levantamento de aspectos culturais e folclóricos relacionados à macaúba e demais palmeiras oleaginosas; e à identificação de componentes nutricionais e medicinais da macaúba e demais palmeiras oleaginosas.
SEDE	atu ar no fomento da cadeia produtiva; incentivar a comercialização, a industrialização e a exportação de produtos, coprodutos e derivados; incentivar a criação de projetos de integração entre o produtor e a agroindústria ou indústria; atu ar na atração de novos investimentos e apoiar todas as etapas do processo de implantação do investimento.
SEMAD	Criar e operacionalizar mecanismos de incentivo à preservação das áreas de ocorrência das espécies de palmeiras suscetíveis de manejo; criar e operacionalizar mecanismos que possibilitem a coleta de frutos da macaúba e demais palmeiras oleaginosas em áreas de reserva legal e de preservação permanente, desde que precedida do devido procedimento autorizativo pelos órgãos ambientais competentes, observada a legislação correlata em vigor; criar e operacionalizar mecanismos que possibilitem a revegetação e recuperação de áreas degradadas com plantios comerciais de macaúba e demais palmeiras oleaginosas nativas.
SETUR e SEC	Em articulação e nos limites de suas competências: pesquisar e divulgar os aspectos culturais e folclóricos relacionados à macaúba e demais oleaginosas; divulgar os eventos comemorativos e datas relevantes relativas a essas espécies; identificar as principais áreas adequadas ao turismo, onde haja ocorrência dessas espécies, e incentivar sua prática.
IMA	Emitir modelo de certificação que identifique a área de produção e ateste a qualidade de produtos, coprodutos ou derivados da macaúba e das demais palmeiras oleaginosas definido em regulamento específico, editado pela SEAPA.

Fonte: decreto 45.940 de 27 de março de 2012.

A Macaúba

A macaúba é uma planta rústica, com folhas perenes e espinhosas, podendo atingir 20 metros de altura com troncos de 20 a 30 cm de diâmetro. Abundante no

Cerrado brasileiro e encontrada nas Américas desde o México até a Argentina, numa área de ocorrência estimada em 12 milhões de hectares, a macaúba tem se destacado como uma das espécies mais promissoras como fonte de óleo para o biodiesel e bioquerosene, cuja produção é crescente no Brasil. Dispersa no território brasileiro, é encontrada com maior frequência em Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Piauí e Ceará, de forma isolada ou formando povoamentos naturais chamados de "maciços" (ANP, 2016)

É uma palmeira com grande potencial de uso, sendo empregada para fins alimentares, cosméticos e energéticos, praticamente não deixando resíduos inaproveitáveis. Os frutos ou cocos são a parte economicamente mais importante da planta, podendo ainda ser consumidos como alimento. A macaúba começa a dar frutos por volta de cinco anos do plantio, podendo produzi-los até os 100 anos. O auge da produção se dá entre os meses de novembro e março. A madeira é usada na confecção de ripas e calhas de água. As folhas são utilizadas como forragem e fibras têxteis (EMBRAPA CERRADOS, 2014).

O potencial produtivo da macaúba já foi comprovado pela pesquisa em populações naturais (maciços), alguns já explorados de forma extrativista, meio tradicional de obtenção dos frutos. Em maciços da espécie *Acrocomiaaculeata* observados na região do Alto Paranaíba, em Minas Gerais, as melhores plantas alcançaram 6,9 toneladas/hectare de óleo de polpa, utilizado na produção de biocombustíveis; 1,2 toneladas/hectare de óleo de amêndoa, destinado à fabricação de cosméticos e farelo para alimentação humana; 19,3 toneladas/hectare de endocarpo, matéria-prima para a produção de carvões vegetal e ativado; e 24,5 toneladas/hectare de resíduo de polpa e da amêndoa, que constituem a torta que serve para a produção de ração ou farelo para os animais (AZEVEDO FILHO *et. al*).

Com uma produtividade média geral de 114,1 kg/planta/ano, considerando as regiões avaliadas, a produtividade esperada é de pelo menos 45,6 toneladas/hectare de cachos para uma densidade de cultivo de 400 plantas/hectare. Se for considerada uma eficiência de 70% da extração, o rendimento bruto de óleo por prensagem do fruto fresco poderá atingir 4 toneladas de óleo/hectare/ano da polpa e 0,8 tonelada de óleo/hectare/ano da amêndoa.

Desde 2006, os pesquisadores da Embrapa Cerrados têm realizado estudos de melhoramento genético da macaúba, de desenvolvimento de sistemas de produção, de qualidade da matéria-prima e de processamento do óleo, estando também prevista a análise socioeconômica e de impactos ambientais. Os trabalhos não apenas buscam caracterizar espécies e selecionar genótipos mais produtivos, mas principalmente a adequação de sistemas de cultivo que tornem a palmeira uma fonte viável de matéria-prima para a produção de biocombustíveis como o biodiesel.

A Cadeia Produtiva da Macaúba

Enquanto a macaúba não se torna uma cultura agrícola de larga escala, agricultores que realizam a coleta dos frutos nos maciços começam a se organizar. Sediada em Montes Claros, no Norte de Minas Gerais, a Cooperativa de Agricultores Familiares e Ambiental do Vale do Riachão (CooperRiachão) conta com uma Unidade de Beneficiamento do Coco da Macaúba (UBCM) desde 2003. Formada por 46 associados. A cooperativa compra os frutos coletados por cerca de 350 famílias em maciços localizados num raio de 50 quilômetros da UBCM. Segundo o presidente Agnaldo Costa, já existem extrativistas buscando a adesão ao PGPM-Bio - Política de Garantia de Preços Mínimos para os produtos da Sociobiodiversidade. O principal

produto fabricado com o óleo é o sabão em barra. A cooperativa produz até 200 caixas com 50 barras de 200 gramas a cada safra. Outro produto é a ração animal, obtida da torta. Ambos são comercializados no varejo de Montes Claros, e nos municípios vizinhos Mirabela e Coração de Jesus (EMBRAPA CERRADOS, 2014).

O óleo excedente é vendido para uma empresa de Catanduva (SP) que produz biodiesel, que tem capacidade para produzir anualmente mais de 120 milhões de litros de biodiesel, utilizando 20 matérias-primas diferentes, e reconhece o potencial da macaúba como fonte de óleo e o valor dos coprodutos. Contudo, considera a escala de oferta desse óleo muito pequena. A empresa destaca que antes da aceitação da macaúba pelo Selo Combustível Social do MDA e da inserção da cultura ao Programa Nacional de Produção de Biodiesel, muitos frutos chegavam a ela com acidez alta – principal gargalo quanto à qualidade do óleo. O ponto mais crítico, nesse sentido, é o tempo entre a coleta e o armazenamento dos frutos, que pode ser resolvido pela assistência técnica, gerando colheita mais eficiente e melhor armazenamento.

Por outro lado, o plantio precisa ser organizado em lavouras para programação da colheita. Atualmente o extrativista tem que caminhar muito para colher nos maciços. Com as plantas mais próximas umas das outras, a fecundação será melhor e os cachos serão mais produtivos. Mas é preciso um trabalho de base na organização das comunidades extrativistas.

A PGPM-Bio é fundamental no caso do fomento ao cultivo da macaúba, pois agrega e gera valor econômico ao produtor no incentivo à coleta dos frutos, e ajuda as cooperativas a entregar os volumes contratados e outros coprodutos agregados

O plantio da macaúba pode também ser uma alternativa para a recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs) já transformadas pelo homem. Em Minas Gerais, a alteração da lei 14.309/2002, que dispõe sobre as políticas florestais e de proteção da biodiversidade no Estado, aprovada em 2009, concede prazo de 20 anos para a recomposição dessas áreas por meio de plantas nativas e sistemas agroflorestais.

Há produtores interessados em iniciar o plantio da macaúba, mas aguardam incentivos para investir na produção, tendo em vista que a macaúba leva cinco anos para produzir e que a coleta dos frutos é uma atividade que muitas famílias realizam de forma complementar à produção agrícola nas propriedades.

Diante dessa expectativa para investimentos na produção e extração da macaúba como matéria prima à produção do biodiesel, importa verificar quais e como se encontram estruturados os programas existentes no planejamento orçamentário do estado de Minas Gerais para fomento à macaúba.

Processo de Planejamento Orçamentário no Brasil

Os instrumentos de planejamento orçamentário adotados pelos entes federados no Brasil estão estabelecidos na Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 165 consta: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), e a Lei de Orçamentos anuais (LOA). No âmbito federal abrange ainda o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Estatais no Orçamento Geral da União (OGU).

De acordo com o relatório de pesquisa de Minas Gerais realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013) o Plano Plurianual é a Ação Governamental que “compreende os processos que, durante quatro exercícios, viabilizarão o alcance dos objetivos do governo”. Este plano é monitorado a cada bimestre, avaliado a cada ano e elaborado a cada quatro anos, com o objetivo de

tornar mais ajustável para adaptar a surgimento de novas demandas.

O PPA é elaborado de forma regionalizada, com as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital (investimentos) e outras delas decorrentes e para as despesas relativas aos programas de natureza continuada. Suas correções anuais passam pela LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – que a cada ano é elaborada pelo executivo, discutida e aprovada em parlamento, cuja materialização ocorre na LOA – Lei de Orçamento Anual, ou Orçamento Público propriamente dito, no qual estão descritos os programas com seus objetivos e metas a serem tentados pelo governo, em todas as suas funções institucionais.

O início de um plano de médio prazo mostra a intenção do legislador em demonstrar maior clareza à ação estatal de maneira a lançar o desenvolvimento, de modo que os gastos governamentais sejam submetidos à aprovação, e criar possibilidades para implantação de políticas. Portanto o processo de planejamento orçamentário deve designar o ajuntamento entre objetivos indicativos pelo Estado, em um planejamento de longo prazo; políticas de governo de médio prazo, e por fim a execução dos gastos, previstos pelo orçamento anual (PAULO ARANTES, 2010).

O PPA é o plano que tem objetivo estabelecer diretrizes e metas por um período de quatro anos, por isso é considerado como plano de médio prazo que engloba as orientações para a distribuição dos recursos públicos de modo racional e eficaz (CALVACANTE, 2007).

Diante das suas especificidades o PPA possui uma estrutura básica definida por meio de Programas de Governo. Os programas são determinados em agrupamentos de ações, para o alcance de objetivo, concretizando os resultados, ou seja, solução de um problema ou ainda o atendimento de demandas vindas da sociedade (GARCES; SILVEIRA 2002).

Carneiro (2013), relata que é de fundamental importância ter definido os objetivos, o público alvo, o valor previsto para a implantação e quais serão as ações, pois é através desses atributos bem definidos que se consegue formular o programa, sendo assim cada programa definido abrange determinadas ações, que fraciona em projetos ou atividades.

REFERENCIAL ANALÍTICO E ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para análise da proposta de fomento ao Pró-Macaúba pelo governo do estado de MG, tomou-se os programas planejados pela SEAPA/MG – Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Revisão do Plano Plurianual da Ação Governamental do 2012/2015 (SEPLAG/MG, 2013), que posteriormente foram analisados quanto à sua identificação, articulação vinculada ao Pró-Macaúba (seção 5). A SEAPA compõe-se das seguintes unidades executoras: A Fundação Rural Mineira – Ruralminas; o Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA; a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de MG – EMATER; a Empresa de Pesquisa Agropecuária de MG – EPAMIG; o Fundo de Desenvolvimento Regional do Jaíba; o Fundo Pró-Floresta; o Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural e o Fundo Estadual do Café.

Técnica para Análise dos Dados

Como técnica de tratamento dos dados (programas) foi adotada a de análise de conteúdo. Para Bardin (2009), a análise de conteúdo, enquanto método torna-se

um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Essa técnica é construída com base em três etapas:

A pré-análise: Corresponde a um período de intuições, mas, tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

A exploração do material: Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas.

O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação: Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise fatorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise (grifo dos autores).

Pré-análise

Na pré-análise foram executadas as seguintes etapas

- I. **Escolha dos documentos**: Para a realização da análise de conteúdo utilizou-se o conteúdo da proposta de fomento ao Pró-Macaúba, e os dados descritos no Plano Plurianual 2012/2015 da SEAPA do governo do estado de Minas.
- II. **Delimitação do objetivo da análise**: a análise teve como objetivo identificar os programas e suas finalidades quanto ao fomento ao Pró-Macaúba.
- III. **Formulação das Hipóteses a partir da base legal e teórica**:
 - **H1**: Os Programas do PPA da SEAPA 2012/2015 identificam-se com a política de fomento à Macaúba;
 - **H2**: Os Programas do PPA da SEAPA 2012/2015 estão articulados e vinculados com as competências de outras secretarias previstas no Pró-macaúba;
- IV. **Formulação dos indicadores para a interpretação final**:
 - **I1**: Competência da SEAPA identificada ao fomento do Pró-Macaúba (quadro 1)
 - **I2**: Competências da SEAPA estão articuladas com as da SECTES, SEMAD, SETUR, SEC, SEDE, IMA (quadro 1) e vinculadas ao fomento do Pró-Macaúba.

Exploração do Material

A exploração do material foi feita a partir da fixação de categorias de análises, descritas a seguir.

- **Categoria 1**: Identificação dos Programas do PPA da SEAPA 2012/2015 com o Pró-macaúba (descreve os objetivos dos programas em relação ao pró-macaúba);

- **Categoria 2:** A articulação institucional dos programas da SEAPA com as secretarias de governo e a vinculação dessa articulação ao Pró-macaúba.

Tratamento dos Resultados, Interpretação e Inferências

Após a realização da pré-análise e da exploração do material, realizou-se o tratamento e interpretação, cujos resultados são descritos na seção seguinte.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para discussão dos resultados, descreve-se abaixo por unidade responsável, a análise dos indicadores em relação às hipóteses levantadas: 1) Identificação dos Programas da SEAPA com o Pró-Macaúba; e 2) articulação dos programas da SEAPA com as secretarias e a vinculação dessa articulação ao Pró-Macaúba. (Quadro 2)

Quadro 2 - Identificação dos Programas da Secretaria Geral da SEAPA no PPA/MG 2012/2015 e sua Articulação com as competências das outras secretarias vinculadas ao Pró-macaúba

Programa	Finalidade	Indicador 1: Competência identificada: Total; Parcial; Nenhuma	Indicador 2: Articulação Interna	Articulação vinculada: Total; Parcial; Nenhuma
Unidade Responsável: Secretaria Geral da SEAPA				
Fortalecimento da AF para o abastecimento alimentar	Abastecimento alimentar em mercados institucionais	Parcial	Média Articulação com SEMAD e SEDE	Parcial
Incentivo à Aquisição e Plantio de Floresta de Produção de Base Sustentável	Promover a aquisição de MP incentivando o plantio de florestas na forma de consórcio de espécies, através do crédito e incentivos fiscais.	Parcial	Articulação com SEMAD e SEDE	Parcial
Adequação Socioeconômica e ambiental das Propriedades rurais	Orientação do plano de produção agropecuária à proteção ambiental com base no uso e ocupação do solo e índice de sustentabilidade.	Parcial	Média articulação com SEMAD	Parcial
Irriga Minas	Expandir a agricultura irrigada sustentável, incorporando áreas de pastagens degradadas e culturas de sequeiro e compartilhamento de recursos hídricos.	Parcial	Baixa articulação com SEMAD	Parcial
Desenvolvimento do Agronegócio de MG.	Elevação do valor agregado do Café de MG, através da atração de investimentos para o segmento do produto.	Nenhuma	Baixa Articulação com SEDE	Não
Revitalização do Rio São Francisco	Aumentar a qualidade e quantidade e a conservação do solo na bacia hidrográfica do SF	Parcial	Média articulação com SEMAD	Parcial
Infraestruturas do Setor Agropecuário	Potencializar a logística e o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do meio rural	Parcial	Média Articulação com SEDE e SEMAD	Parcial
Apoio ao Extrativismo no Norte de Minas	Apoiar as culturas do pequi e da macaúba e demais frutos do cerrado mineiro	Total	Articulação com SEDE e SEMAD	Total
Feira Estadual da AF - Agríminas	Promover a ampliação da comercialização e distribuição dos produtos da AF	Nenhuma	Baixa articulação com SEDE e SEMAD	Nenhuma
Implementação de Projetos em Territórios de PCT – Povos e Comunidades Tradicionais	Fortalecer os PCT através do apoio financeiro ao desenvolvimento de suas cadeias produtivas de sociobiodiversidade	Parcial	Baixa articulação com SEC, média com SEDE e SEMAD	Parcial (continua)

Programa	Finalidade	Indicador 1: Competência identificada: Total; Parcial; Nenhuma	Indicador 2: Articulação Interna	(cont.) Articulação vinculada: Total; Parcial; Nenhuma
Garantia de renda mínima ao AF	No norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri na ocorrência de seca, estiagem ou excesso hídrico	Parcial	Média Articulação com SEDE e SEMAD	Parcial
Fomento à Atividade Produtiva e à Organização da AF	Projetos produtivos da AF e suas organizações, priorizando agroecologia, produção alimentar e agregação de valor.	Parcial	Média Articulação com SEMAD	Parcial
Apoio à Comercialização da AF	Geração de renda e ocupação no campo e colaborando para a segurança alimentar e nutricional sustentável da população.	Nenhuma	Baixa Articulação com SEMAD e SEDE	Nenhuma
Controle e Gestão das Políticas Públicas da AF	Apoio às atividades do CEDRAF, do Pró-pequi, e dos conselhos municipais de DRS.	Nenhuma	Baixa articulação com SEMAD	Nenhuma
Coordenação Geral do Projeto Jaíba	Integrar todas as atividades desenvolvidas pela secretaria, suas coligadas e parceiros	Nenhuma	Articulação indefinida	Nenhuma
Inteligência Competitiva do Agronegócio Mineiro	Disponibilizar informações estratégicas à formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao agronegócio	Nenhuma	Média articulação com SECTES	Nenhuma
Qualificação Gerencial e Técnica das Unidades Produtivas da Pecuária Leiteira – Minas Leite	Estimular a qualificação gerencial e técnica dos PR da atividade, visando a qualidade e a sustentabilidade das Unidades Produtivas	Nenhuma	Média Articulação com SECTES, SEMAD e SEDE	Nenhuma
Subvenção do Seguro Rural	Garantir cobertura quanto a perdas decorrentes de fenômenos naturais, visando estabilidade de renda, emprego e desenvolvimento tecnológico	Nenhuma	Baixa Articulação com a SEDE	Nenhuma
Melhoria da Qualidade e Competitividade do Café	Ampliar a qualidade do café, a sustentabilidade e a competitividade da atividade cafeeira,	Nenhuma	Média Articulação com SEDE e SEMAD	Nenhuma
Feria Agropecuária - Superagro	Ampliar o agronegócio, via evento de grandes proporções que divulgue os produtos e a realização de negócios	Nenhuma	Média Articulação com SEDE	Nenhuma
Transferência de Tecnologia – Integração Lavoura, Pecuária e Floresta	Estimular o uso de sistema multifuncional integrado como alternativa sustentável de uso de solo, principalmente em áreas degradadas.	Parcial	Média Articulação com SECTES e SEMAD	Parcial

Fonte: Dados da Pesquisa.

Inferências sobre os Programas da Secretaria Geral da SEAPA

Há 21 programas concentrados na secretaria geral da SEAPA, dos quais 10 possuem uma identificação parcial e articulações internas média ou baixa intersecretarias com os propósitos do Programa Pró-Macaúba. Nestes, há programas de fomento à AF que se sobrepõem e outros com finalidades amplas como: aquisição e plantio de floresta, adequação socioeconômica e ambiental, irrigação, apoio ao extrativismo, renda mínima e transferência de tecnologias sem uma vinculação direta, podendo ou não alcançar os objetivos do Pró-Macaúba. Outros 10 programas não demonstram em suas finalidades nenhuma identificação e articulações favoráveis ao Pró-Macaúba, e apenas 1 possui identificação e articulação total com o Pró-Macaúba. (Quadro 3)

Quadro 3: Identificação dos Programas da RURALMINAS no PPA/MG 2012/2015 e sua Articulação com as competências das outras secretarias vinculadas ao Pró-macaúba

Programa	Finalidade	Indicador 1: Competência identificada: Total; Parcial; Nenhuma	Indicador 2: Articulação Interna	Articulação vinculada: Total; Parcial; Nenhuma
Órgão Responsável: RURALMINAS				
Readequação das Estradas Vicinais com Enfoque Ambiental	Readequar e conservar os leitos das estradas vicinais com enfoque ambiental, transferindo às prefeituras a tecnologia necessária	Nenhuma	Baixa articulação com a SEMAD e outras instituições	Nenhuma
Conservação de Estradas Vicinais	Viabilizar o trânsito das comunidades rurais, com assessoramento técnico aos municípios	Nenhuma	Baixa articulação com a SEMAD	Nenhuma
Conservação e Revitalização das Bacias Hidrográficas	Promover a melhoria da disponibilidade hídrica em condições socioambientais	Parcial	Média Articulação com a SEMAD	Parcial
Serviços de Engenharia e Motomecanização	Oferecer aos municípios e associações, para recuperação, dragagem, desassoreamento, e implantação de sistemas de abastecimento	Nenhuma	Baixa Articulação com SEDE e SEMAD	Nenhuma
Monitoramento do Projeto Jaíba	Modernizar o sistema de irrigação do Jaíba, alienando lotes e atendendo aos condicionantes ambientais	Nenhuma	Baixa articulação com SEDE e SEMAD	Nenhuma
Reorganização Produtiva dos Beneficiados por Barragem	Planejar e Executar o plano de reassentamento rural das famílias beneficiadas pelas barragens, e sua reorganização produtiva e sustentável	Nenhuma	Articulação com SEDE, SEMAD	Nenhuma
Operação Barragens	Garantir água para consumo humano e animal	Parcial	Baixa articulação com a SEMAD	Parcial
Implantação de Barragens	Aumentar a disponibilidade de água para uso múltiplo na bacia hidrográfica	Parcial	Baixa articulação com SEMAD	Parcial
Construção de Reservatórios	Armazenar e distribuir volumes de água para uso humano, animal e pequenas irrigações para minimizar os efeitos da seca.	Nenhuma	Baixa articulação com SEMAD	Nenhuma

Fonte: Dados da Pesquisa

Inferências sobre os Programas da RURALMINAS

No caso da Ruralminas há 9 programas nela designados, dos quais 3 possuem identificação e articulações parciais favoráveis ao Pró-macaúba, e outros 6 sem nenhuma identificação e articulações voltadas ao Programa. Naqueles em que há identificação e articulações favoráveis, percebe-se em suas finalidades a possibilidade de que suas ações alcancem o fomento à macaúba, e nos demais trata-se de demandas históricas, específicas e emergentes como a segurança hídrica. (Quadro 4)

Quadro 4 - Identificação dos Programas do IMA no PPA/MG 2012/2015 e sua Articulação com as competências das outras secretarias vinculadas ao Pró-macaúba

Programa	Finalidade	Indicador 1: Competência identificada: Total; Parcial; Nenhuma	Indicador 2: Articulação Interna	Articulação vinculada: Total; Parcial; Nenhuma
Órgão Responsável: IMA				
Cadastro de Agroindústria de Pequeno Porte	Regularização sanitária, apoio técnico e financeiro à criação de consórcios intermunicipais de agroindústria de PP.	Nenhuma	Média Articulação com a SEDE	Nenhuma
Vigilância Sanitária e Animal no Projeto Jaíba	Preservar a saúde vegetal e animal garantindo origem e qualidade dos produtos agropecuários protegendo a saúde pública e o meio ambiente	Nenhuma	Articulação com a SEDE, SEMAD e SECTUR	Nenhuma
Fiscalização Móvel do Trânsito de Animais, Vegetais e Produtos de Origem Animal	Coibir fraudes, falsificações, adulterações e o comércio clandestino, contribuindo para a os programas de vigilância animal e vegetal.	Nenhuma	Articulação com a SEDE e SEMAD	Nenhuma
Vigilância Sanitária e Animal	Diminuir a taxa de morbidade e mortalidade, e aumentar a produtividade da pecuária mineira	Nenhuma	Articulação com a SEMAD e SECTES	Nenhuma
Vigilância Sanitária Vegetal	Garantir a produtividade das lavouras e o escoamento da produção aos mercados nacional e internacional	Parcial	Articulação com a SEMAD e SECTES	Parcial
Certificação de Propriedades Agropecuárias e Agroindustriais	Viabilizar a inserção dos produtores nos mercados nacional e internacionais de produtos certificados e rastreados.	Nenhuma	Baixa Articulação com a SEMAD, SECTES e SEDE	Nenhuma
Apoio à Cadeia Produtiva dos Queijos Artesanais	Regularização da cadeia produtiva do queijo artesanal, em especial o ressarcimento pelo abate de matrizes soropositivas, no cadastramento de queijarias, instalação de entrepostos de maturação e formação de consórcios intermunicipais de insp. sanitária	Nenhuma	Articulação com SEDE e SEMAD	Nenhuma
Fiscalização de estabelecimentos de revendedores de insumos agropecuários e propriedades usuários de agrotóxicos	Controlar o comércio e uso de agrotóxicos, o comércio de sementes e mudas e de produtos de uso veterinário, visando a qualidade dos insumos e a inocuidade dos alimentos, a saúde pública e o meio ambiente.	Parcial	Articulação com a SEMAD, SEDE e SECTES	Parcial
Inspeção de Produtos Agroindustriais	Verificar a garantia para o consumidor quanto à oferta de alimentos seguros em conformidades com os padrões de qualidade e identidade vigentes	Nenhuma	Articulação com a SEMAD, SEDE e SECTES	Nenhuma

Fonte: Dados da Pesquisa

Inferências sobre os Programas do IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária)

Também no IMA encontram-se alocados 9 programas. Dos quais apenas 2 possuem identificação e articulações parciais inter-secretarias favoráveis ao Pró-Macaúba, são de vigilância sanitária e vegetal e outro de fiscalização de insumos. Nos

outros 7 não se percebe identificação e articulações internas voltadas ao Programa. O que se encontra são programas destinados à fiscalização e inspeção das instituições ligadas à agroindústria, certificação de propriedades e demandas específicas como a cadeia produtiva do queijo e o projeto Jaíba. (Quadro 5)

Quadro 5 - Identificação dos Programas da EMATER no PPA/MG 2012/2015 e sua Articulação com as competências das outras secretarias vinculadas ao Pró-macaúba

Programa	Finalidade	Indicador 1: Competência identificada: Total; Parcial; Nenhuma	Indicador 2: Articulação Interna	Articulação vinculada: Total; Parcial; Nenhuma
Órgão Responsável: EMATER				
Assistência Técnica e Extensão Rural	Viabilizar informações técnicas que possibilitem ampliação da oferta de alimentos, agregação de valor à produção, preservação e recuperação dos recursos naturais.	Nenhuma	Baixa articulação com a SEMAD	Nenhuma
Atividades de Extensão Rural aos Irrigantes	Construir junto aos pequenos irrigantes alternativas para o desenvolvimento sustentável, baseadas em tecnologia de assistência	Nenhuma	Baixa Articulação com SEMAD	Nenhuma
Apoio à Implantação de Tanques Comunitários de Coleta de Leite	Facilitar a comercialização de leite por grupos associados, e participação no programa qualidade do leite da Emater	Nenhuma	Articulação com SEDE e SEMAC	Nenhuma
Capacitação do Público Beneficiário	Promover a capacitação para geração de renda e de segurança alimentar e nutricional sustentável.	Nenhuma	Articulação com SECTES, SEMAD e SEDE	Nenhuma
Gestão do Minas Sem Fome	Disponibilizar recursos para aquisição de equipamentos e custeio das ações de mobilização, acompanhamento e assistência a projetos do Minas Sem Fome	Nenhuma	Articulação com SEMAD e SEDE	Nenhuma
Apoio à Implantação de Redes Domiciliares de Abastecimento de Água	Disponibilizar água para residências de AF carentes na região do semi-árido	Parcial	Média Articulação com SEMAD e SEDE	Parcial
Criação de Pequenos Animais - Avicultura	Disponibilizar pintainhas de alto padrão genético e rações iniciais para a AF visando disponibilização de alimentos de alto valor protéico a baixo custo, p/ consumo familiar e venda de excedentes	Nenhuma	Articulação com SEMAD e SEDE	Nenhuma
Apoio à Implantação de Lavouras	Disponibilizar sementes para a produção de alimentos básicos pelo AF para acesso e consumo de alimentos para animais domésticos e comercialização de excedentes	Parcial	Articulação com SEMAD, SEDE e SECTES	Parcial
Apoio à Instalação de Férias Livres	Apoiar municípios e AF na realização de venda direta aos consumidores, com conforto e higiene na comercialização	Nenhuma	Baixa Articulação com SEMAD e SEDE	Nenhuma
Criação de Pequenos Animais	Incentivar a criação de Pescado em tanques-rede em reservatórios construídos para enfrentamento da seca, como alternativa de ocupação e renda para agricultores e jovens rurais.	Nenhuma	Articulação com SEMAD, SEDE e SECTES	Nenhuma
Apoio à Agricultura Familiar	Implantar pequenos projetos ao desenvolvimento sustentável da AF, disponibilizando recursos e insumos, para a segurança alimentar nas escolas, asilos e congêneres, visando a melhoria nutricional e alimentação.	Parcial	Articulação com SEMAD, SEDE e SECTES	Parcial
Apoio à Produção de Hortas Domésticas	Incentivar a formação de hortas comunitárias e domésticas, como complemento alimentar e nutricional de qualidade e comercialização do excedente.	Nenhuma	Articulação com SEMAD, SEDE e SECTES	Nenhuma
Apoio à Implantação de Pomares	Formação de pomares domésticos e comunitários, possibilitando consumo complementar e nutricional, comercialização de excedentes e geração de matéria prima para as unidades de processamento	Nenhuma	Articulação com SEMAD, SEDE e SECTES	Nenhuma

(continua)

Programa	Finalidade	Indicador 1: Competência Identificada: Total; Parcial; Nenhuma	Indicador 2: Articulação Interna	(cont.) Articulação vinculada: Total; Parcial; Nenhuma
Criação de Pequenos Animais - Apicultura	Incentivar a produção e comercialização de mel como alternativa de ocupação e renda para agricultores e jovens rurais.	Nenhuma	Articulação com SEMAD, SEDE e SECTES	Nenhuma
Apoio à Melhoria de Unidades Coletivas de Processamento de Alimentos	Melhorar as unidades que requeiram equipamentos para facilitar a produção visando atender à legislação sanitária vigente e ter acesso ao mercado formal.	Parcial	Articulação com SEMAD, SEDE e SECTES	Parcial
Capacitação de Jovens Rurais	Capacitar jovens rurais em cursos de 100 horas com perspectiva de inclusão no mercado, gestão de sua unidade de trabalho e acesso a crédito rural Pronaf jovem.	Parcial	Articulação com SEMAD e SECTES	Parcial
Certifica Minas	Identificar as propriedades produtoras de café, visando a manutenção e melhoria da qualidade para valorização dos cafés mineiros, manutenção e conquista de novos mercados, ampliação de empregos, recuperação das APP's, reservas legais e manejo do solo.	Nenhuma	Articulação com SEMAD, SEDE e SECTES	Nenhuma

Fonte: Dados da Pesquisa.

Inferências sobre os Programas da EMATER

Na Emater encontram-se alocados 17 programas, dos quais 05 demonstram identificação e articulações parciais inter-secretarias favoráveis ao fomento à macaúba. Nos outros 12 nenhuma identificação e articulações pode-se constatar. Nestes últimos encontram-se preocupações com a AF, irrigantes, produção de leite, capacitações, criação de pequenos animais, constituição de pequenas lavouras (hortas e pomares), feiras livres, processamento de alimentos e demandas específicas, que não são alinhados aos objetivos do Pró-macaúba. (Quadro 6)

Quadro 6 - Identificação dos Programas da EPAMIG no PPA/MG 2012/2015 e sua Articulação com as competências das outras secretarias vinculadas ao Pró-macaúba

Programa	Finalidade	Indicador 1: Competência Identificada: Total; Parcial; Nenhuma	Indicador 2: Articulação Interna	Articulação vinculada: Total; Parcial; Nenhuma
Unidade Responsável: EPAMIG				
Transferência de Tecnologia através de Mudanças Qualificadas	Apoio ao agronegócio, fornecendo material genético, insumos e estabelecimento de banco de germoplasma.	Nenhuma	Média Articulação com SEMAD e SECTES	Nenhuma
Difusão de Tecnologias através de Eventos Científicos e de cursos de Treinamento	Facilitar a adoção de tecnologias geradas e adaptadas para o agronegócio	Parcial	Articulação com SECTES e SEMAD	Parcial
Desenvolvimento de Pesquisa Agropecuária e Agroindustrial	Gerar conhecimento e tecnologia para o agronegócio e para a agricultura familiar	Parcial	Articulação com SECTES e SEMAD	Parcial
Difusão de Tecnologia via Publicações	Difundir tecnologias geradas e adaptadas para o agronegócio	Parcial	Articulação com SECTES e SEMAD	Parcial
Transferência de Tecnologia através de Matrizes e Reprodutores	Apoiar o agronegócio fornecendo animais de alta linhagem.	Nenhuma	Baixa Articulação com SEMAD, SECTES e SEDE	Nenhuma (continua)

Programa	Finalidade	Indicador 1: Competência identificada: Total; Parcial; Nenhuma	Indicador 2: Articulação Interna	(continuação) Articulação vinculada: Total; Parcial; Nenhuma
Transferência de Tecnologia através de sementes	Apoiar o agronegócio através do fornecimento de sementes	Nenhuma	Articulação com SEMAD e SECTES	Nenhuma
Ações de Desenvolvimento de Projetos Integrados.	Fortalecer a integração das atividades da EPAMIG ao processo de desenvolvimento e social de MG	Nenhuma	Articulação imprecisa	Nenhuma
Formação de Técnicos em Laticínios, Agropecuária e Cooperativismo	Formar técnicos para atender a demanda de diversos setores do agronegócio, em especial ao setor laticinista, agropecuário e cooperativista.	Nenhuma	Articulação com SEMAD, SECTES e SEDE	Nenhuma

Fonte: Dados da Pesquisa.

Inferências sobre os Programas da EPAMIG (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais)

Na EPAMIG tem 08 programas, dos quais 03 possuem identificação e articulações parciais inter-secretarias voltadas para o Pró-macaúba. Os outros 5 não demonstram nenhuma identificação e articulação favoráveis. Nestes últimos encontram-se transferências de tecnologia através de mudas, matrizes reprodutores e sementes, e demandas específicas e institucionais que não promovem o fomento à macaúba. (Quadro 7)

Quadro 7 - Identificação dos Programas dos Fundos Específicos da SEAPA no PPA/MG 2012/2015 e sua Articulação com as competências das outras secretarias vinculadas ao Pró-macaúba

Programa	Finalidade	Indicador 1: Competência identificada: Total; Parcial; Nenhuma	Indicador 2: Articulação Interna	Articulação vinculada: Total; Parcial; Nenhuma
Unidade Responsável: Fundo de Desenvolvimento Regional do Jaíba				
Apoio Financeiro a Produtores Rurais e Agro-industriais do Projeto Jaíba	Financiar PR – pessoa física ou jurídica – suas associações e cooperativistas situadas o Jaíba.	Nenhuma	Articulação com a SEDE	Nenhuma
Unidade Responsável: Fundo Pró-Floresta				
Apoio Financeiro destinado ao Desenvolvimento da Atividade Florestal	Conceder Financiamentos a Projetos de Florestamento e reflorestamento	Nenhuma	Articulação com a SEDE	Nenhuma
Unidade Responsável: Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural				
Apoio Financeiro a Produtores Rurais do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha	Liberar recursos financeiros a pequenos produtores rurais e suas associações.	Parcial	Articulação com a SEDE	Parcial

Programa	Finalidade	Indicador 1: Competência identificada: Total; Parcial; Nenhuma	Indicador 2: Articulação Interna	(continuação) Articulação vinculada: Total; Parcial; Nenhuma
Unidade Responsável: Fundo Estadual do Café				
Apoio Financeiro a Projetos da Cadeia Produtiva Cafeeira	Financiar cafeicultores, suas associações, cooperativas e empresas da cadeia produtiva e realizar diagnóstico da produção do café.	Nenhuma	Articulação com a SEDE	Nenhuma

Fontes: Dados da Pesquisa.

Inferências sobre os Programas dos Fundos Específicos

Nestes quatro fundos específicos há a alocação de quatro programas distintos. Em apenas 01 é possível caracterizar a identificação e articulação parcial interna favoráveis ao Pró-macaúba. Trata-se do apoio financeiro aos produtores rurais do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha que poderá potencializar a produção da macaúba, nativa e muito encontrada naquelas regiões. Os outros 03 fundos: Jaíba, Pró-Floresta e Café tem demandas específicas que não alcançam o fomento à macaúba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram encontrados e analisados 68 programas de competência da SEAPA nas suas 05 unidades executoras (Secretaria Geral da SEAPA, Ruralminas, IMA, EMATER e EPAMIG) e em seus quatros fundos específicos (Desenvolvimento do Jaíba, Pró-Floresta, Desenvolvimento Rural e o Fundo Estadual do Café), na busca de identificação e de articulação deles com as demais secretarias (SECTES, SEDE, SEMAD, SETUR, SEC e IMA) designadas para fomento ao Pró-Macaúba.

Destes 68 programas cerca 35% deles (24 programas) demonstraram identificação e articulações parciais favoráveis ao Pró-Macaúba, 63% (43 programas) não demonstraram nenhuma identificação e articulação ao Programa, e apenas 1 (2% aproximadamente) programa alocado na secretaria geral demonstrou-se totalmente identificado e articulado com o Programa. Destaca-se que na secretaria geral encontra-se o maior número de seus programas parcialmente identificados e articulados por unidade (47%), 10 programas. Na Ruralminas encontra-se identificação e articulação favoráveis ao Pró-Macaúba em 1/3, 3 programas; no IMA 22%, 2 programas; na EMATER 29%, 05 programas; na Epamig 37%, 3 programas; e nos fundos específicos (25%), apenas 1 programa.

Diante destes dados observa-se que o fomento ao Pró-Macaúba não foram efetivamente contemplados nas diretrizes, nos objetivos e metas do PPA da SEAPA do estado de MG. A ação estatal em relação ao Programa não se mostra clara na perspectiva do seu desenvolvimento enquanto política pública, embora tenham se passado 5 anos de sua regulamentação.

Embora a macaúba tenha aceitação pelo Selo Combustível Social do MDA, inserção da sua cultura ao PNPB, e seu plantio possa ser uma alternativa para a recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs) não se percebe nos programas da SEAPA/MG objetivos claros quanto à promoção da cadeia produtiva da macaúba como cultura agrícola de larga escala, o que remete à inferência de que

aqueles produtores rurais e mesmo as indústrias interessados em sua produção (para extrair óleo para o biodiesel) e de seus coprodutos (sabão em barra, ração animal, cosméticos) na busca da constituição do seu mercado, ficarão à mercê de atitudes isoladas como da CooperRiachão que tem uma Unidade de Beneficiamento do Coco da Macaúba (UBCM) desde 2003.

O único programa totalmente identificado e articulado ao Pró-Macaúba é um da secretaria geral da SEAPA, de apoio ao extrativismo no Norte de Minas que destina-se ao cultivo da macaúba no cerrado mineiro, região cujo potencial produtivo da macaúba já foi comprovado em populações naturais (maciços), explorados de forma extrativista.

Embora o biodiesel seja um produto impulsionador do desenvolvimento nacional, produtores rurais e as indústrias de biodiesel buscam culturas alternativas para a produção do óleo (suas fontes principais são a soja, a gordura bovina e o óleo de algodão). Contudo, não foi possível perceber nos programas da SEAPA/MG finalidades claras de incentivo ao cultivo e à comercialização do coco de macaúba como fonte alternativa de matéria prima à produção do biodiesel.

Muitos programas analisados destacam o apoio à organização produtiva e sustentável da AF, nas perspectivas ambiental, social e econômica, coerentes à proposta do PNPB que contempla a inclusão social da AF de forma estratégica no processo de produção do biodiesel. Contudo, há uma sobreposição de programas relacionados à AF em unidades responsáveis distintas.

Apesar da resposta dada pelo estado de MG ao PNPB ao criar e regulamentar o Pró-Macaúba, sua integração aos programas da SEAPA/MG encontra-se limitada, tendo em vista que os objetivos do Pró-Macaúba não estão efetivamente identificados e articulados nos programas das unidades executoras da SEAPA/MG. Há uma política pública, mas desarticulada no planejamento estadual.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO FILHO, J.A.; COLOMBO, C.A.; BERTHON L.H.C.; Macaúba, palmeia nativa como opção bioenergética. **Pesquisa e Tecnologia**. Campinas, v.9, n.2., 2012.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **Cadastro de Produtor de Biodiesel**. Distrito Federal, 2016. Disponível em <<http://app.anp.gov.br/anp-cpl-web/public/biodiesel/consulta-produtores/consulta.xhtml>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARKER, et. al. **Climate change 2007: mitigation of climate change**. Bangkok: United Nations 2007. Disponível em <http://unfccc.int/meetings/bali_dec_2007/meeting/6319/php/view/documents.php>. Acesso em: 05 de janeiro de 2017.

BRASIL, casa civil. **Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB**, Brasília, 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11097.htm>. Acesso em: 22 de dezembro de 2016.

_____, Ministério das Minas e Energias. **O Brasil e o futuro da matriz energética**, 2014. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2015/11/energia->

renovavel-representa-mais-de-42-da-matriz-energetica-brasileira>. Acesso em: 06 de janeiro de 2017

_____, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Secretaria da Agricultura Familiar: Balanço do Selo Combustível Social**. Relação das Empresas com Selo Combustível Social de 28/01/16. Brasília, 2016. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-biodiesel/o-selo-combust%C3%ADvel-social>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

CARNEIRO, Ricardo. **Planejamento e Gestão governamental na Esfera Estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs**. PPAs 2012-2015. Relatório de Pesquisa Consolidado. Brasília: Ipea, MPOG, 2013. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20495&catid=220&Itemid=6>. Acesso em: 15 de dezembro de 2016.

CAVALCANTE, Pedro Luiz. **O Plano Plurianual: resultados da mais recente reforma do Planejamento e Orçamento no Brasil** [Online] // Escola Nacional de Administração Pública. - 2007. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/index.php?searchword=O+Plano+Plurianual%3A+resultado+s+da+mais+recente+reforma+do+Planejamento+e+Or%C3%A7amento+no+Brasil&option=com_search&Itemid=>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Macaúba é matéria-prima para o biodiesel**. Brasília-DF: 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/web/portal/busca-de-noticias/-/noticia/2329636/macauaba-e-materia-prima-promissora-para-biodiesel>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

FERREIRA, Vicente da Rocha Soares. **Análise da Participação da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PBPB no Estado de Goiás**. 2008. 172f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da USP – Universidade de São Paulo), São Paulo, 2008. Disponível:< <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-29042008-110648/pt-br.php> >Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

GARCES, Ariel; SILVEIRA; José Paulo. **Gestão pública orientada para**[Online]// Revista do Servidor Público, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1933>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2016. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Relatório de Pesquisa de Minas Gerais. Brasília-DF: 2013. Disponível em: <www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 12 de janeiro de 2017.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - **Política estadual de incentivo ao cultivo, à extração, à comercialização, ao consumo e à transformação da macaúba e das demais palmeiras oleaginosas - Pró-Macaúba**, instituída pela Lei nº 19.485, de 13 de janeiro de 2011, Belo Horizonte, 2012. Disponível em <http://www.agricultura.mg.gov.br/ajuda/story/117-governo-de-minas-regulamenta-pro-macauba>. Acesso em: 08 de janeiro de 2017.

_____, Palácio Tiradentes - Institui a política estadual de incentivo ao cultivo, à extração, à comercialização, ao consumo e à transformação da macaúba e das demais palmeiras oleaginosas - Pró- Macaúba, Belo Horizonte, 2011. Disponível em <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15774>. Acesso em: 20 de dezembro de 2016.

_____, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Plano Plurianual – Revisão PPAG 2012-2015 – Exercício 2013. Belo Horizonte, 2013. Disponível em http://planejamento.mg.gov.br/images/documentos/ppag/ppag_2015-2015/revis%C3%A3o_2013/Vol_II_PPAG_Progr_e_A%C3%A7%C3%B5es_por_Setor_de_Governo_Final_2013.pdf. Acesso em: 27 de dezembro de 2016.

PAULO ARANTES Luiz Fernando. O PPA Como Instrumento de Planejamento e Gestão Estratégica [Online]. *In Revista do Servidor Público*. Junho de 2010. Disponível em: <http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/44>. Acesso em: 13 de janeiro 2017.

SACHS I. Da civilização do petróleo a uma nova civilização verde. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol 19, n. 55, p.195-214 , set-dez. 2005.

SANTOS, José Antonio Lobo dos. **Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel**: sujeição da renda da terra camponesa ao capital no Território de Identidade de Irecê-BA, 2012. 262f. Tese (Doutorado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) – USP-SP, São Paulo, 2012.

VASCONCELOS, G.F.; VIDAL, J. W. B. **Poder dos Trópicos: meditação sobre a alienação energética na cultura brasileira**. São Paulo: Casa Amarela, 2004.